



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0772/17	DATA: 27/06/2017	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 14h21min	TÉRMINO: 15h48min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBERTO VIEIRA VENTURIERI - Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA  
ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER - Coordenador do Programa de Promoção de Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.  
FRANCISCO LOPES - Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE.

SUMÁRIO

Debate sobre o saneamento ambiental rural, em especial os setores de água e esgoto.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.  
Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, destinada a debater o tema saneamento ambiental rural, em especial os setores de água e esgoto.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria dos Deputados Nilto Tatto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Bohn Gass, membro da Comissão de Agricultura.

Sras. e Srs. Parlamentares, estamos aqui hoje reunidos em audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater a situação do saneamento ambiental rural no Brasil, em especial dos setores de água e esgoto.

Segundo o Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no Brasil há cerca de 30 milhões de pessoas residindo em localidades rurais, totalizando pouco mais de 8 milhões de domicílios, localizados principalmente dos Estados do Pará, do Maranhão, do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais. Mas os serviços de saneamento básico prestados a essa parcela da população apresentam um alto déficit de cobertura. Além disso, verifica-se que, do total da população em extrema pobreza no Brasil — em torno de 16 milhões de habitantes, concentrados nos Estados do Norte e do Nordeste —, praticamente a metade, 7,6 milhões de habitantes, encontra-se no meio rural. Isso corresponde a cerca de 25% do total da população rural do Brasil.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD de 2014, pouco mais um terço dos domicílios nas áreas rurais estão ligados às redes de abastecimento de água, com ou sem canalização interna. No restante dos domicílios rurais, a população capta água de chafarizes e poços, protegidos ou não, diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento ou de outras fontes alternativas geralmente inadequadas para o consumo humano.

A situação é ainda mais crítica ao se analisarem dados de esgotamento sanitário. Segundo o PNAD de 2015, apenas cerca de 5% dos domicílios estão



ligados à rede de coleta de esgotos, utilizando-a como solução para o tratamento dos dejetos. Outros 5% utilizam fossa séptica ligada à rede coletora, e quase 30% usam fossa séptica não ligada à rede coletora. Os demais domicílios, pouco mais de 60%, depositam os dejetos em fossas rudimentares ou lançam-nos em cursos d'água ou diretamente no solo, a céu aberto. Esse cenário contribui, direta ou indiretamente, para o surgimento e a proliferação de doenças de transmissão hídrica, parasitoses intestinais ou diarreias, as quais são responsáveis pela elevação das taxas de mortalidade infantil.

As ações de saneamento em áreas rurais visam reverter esse quadro promovendo a inclusão social dos grupos minoritários. Isso é feito mediante a implantação dessas ações de forma integrada com outras políticas públicas setoriais, tais como as nas áreas de saúde, habitação, igualdade racial e meio ambiente.

É importante frisar ainda que o meio rural é heterogêneo, sendo constituído por diversos tipos de comunidades, a exemplo de populações indígenas, remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas, com especificidades próprias em cada região brasileira. Essas condições exigem formas particulares de intervenção em saneamento básico no que diz respeito tanto às questões ambientais, tecnológicas e educativas quanto à gestão e à sustentabilidade das ações.

Para discutir conosco o tema saneamento ambiental rural, convidamos para esta audiência pública: os representantes da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, órgão do Governo Federal responsável pela implementação de ações de saneamento em áreas rurais nos Municípios brasileiros; a Fundação Oswaldo Cruz, instituição de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde, e a Caixa Econômica Federal, até porque ela é responsável pelo repasse dos financiamentos.

Nós fomos comunicados de que o representante da Caixa Econômica não pôde vir. Entretanto, o banco indicou a Milena, que vai participar da nossa audiência pública como ouvinte.



Nós convidamos também o Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES, que não vai poder participar, e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE, que está presente.

Então, convido para compor a Mesa conosco o Sr. Alberto Vieira Venturieri, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da FUNASA, que já está aqui presente; o Sr. André Fenner, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, e o Sr. Francisco Lopes, Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

Composta a Mesa, queria comunicar a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido, posteriormente, na grade de programação da emissora.

Quero comunicar também aos nossos palestrantes que cada um terá o prazo regimental de 10 a 15 minutos para sua exposição.

Informo a todos os palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final dos debates.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar a senha nas portarias desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Depois dessas considerações, vamos iniciar o debate na nossa audiência pública.

Eu não tive a oportunidade de combinar com os convidados a ordem das apresentações. Podemos começar pela da FUNASA?

**O SR. ALBERTO VIEIRA VENTURIERI** - Claro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Começando, então, pela FUNASA, convido o Sr. Alberto Vieira Venturieri, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da FUNASA, representante do Presidente da Fundação.

**O SR. ALBERTO VIEIRA VENTURIERI** - Boa tarde a todos os presentes.

Boa tarde, Deputado.

Eu estou aqui hoje a pedido do Presidente da FUNASA, o Rodrigo, que, infelizmente, não pôde comparecer. Ele mandou lembranças e suas recomendações à Comissão e me pediu para representá-lo nesta fala para apresentar brevemente a vocês um pouco do que é FUNASA e do que é, efetivamente, o Programa Nacional de Saneamento Rural.

Deputado, se o senhor me permitir, vou apresentar um vídeo muito breve, com duração de 1 minuto. Trata-se de um vídeo institucional da fundação.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ALBERTO VIEIRA VENTURIERI** - Esse é um vídeo institucional muito breve que apresenta a Fundação Nacional de Saúde. Trata-se de uma Fundação vinculada ao Ministério da Saúde que, como o próprio vídeo apresentou a vocês, tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento, sempre tendo como foco o combate a agravos e doenças.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A fundação, na verdade, já tem um histórico muito grande de atuação nesse setor, desde a sua primeira composição, como Serviço Especial de Saúde Pública. No total, somadas todas as suas composições, ela completa, em junho ou julho, 75 anos de atuação na área de saneamento.

A FUNASA tem hoje o Programa Nacional de Saneamento Rural, cujo objetivo é dotar as comunidades rurais de serviços de saneamento básico — sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares. Esse Programa pode ser executado por meio de Prefeituras, pelo próprio Governo do Estado ou por meio de ação direta da própria Fundação em algumas situações específicas.

No início da fala, já aproveito para passar a informação de que a FUNASA, em breve, muito possivelmente até a próxima semana, divulgará uma portaria de seleção pública para os Municípios pleitearem recursos para ações de saneamento.



No caso específico dessa portaria, ela contemplará o serviço de abastecimento de água em áreas rurais.

Quais são os critérios? A portaria vai apresentar todas as regras, mas o Município precisa ter um projeto do sistema de abastecimento de água que vai ser implementado naquela comunidade e é necessário fazer um cadastro no sistema interno da FUNASA. O Município vai preencher uma proposta, um chamamento público, uma carta-consulta e enviar essa documentação à FUNASA, para que possamos proceder à seleção.

A Lei nº 11.445, de 2007, que trata saneamento, traz algumas obrigações, algumas diretrizes. No art. 48, há a garantia de que o Governo Federal promoverá os meios adequados para o atendimento da população rural dispersa. Essa uma das responsabilidades que a Fundação Nacional de Saúde tem para com a população.

Dentro da lei, este é mais ou menos o arranjo definido pelo art. 52, que determina a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico.

O Plano foi estruturado em três grandes programas. Um deles, o de Saneamento Básico Integrado, é hoje de responsabilidade do Ministério das Cidades. O Programa de Saneamento Estruturante também está a cargo do Ministério das Cidades. E há o Programa de Saneamento Rural, que ficou a cargo do Ministério da Saúde, para ser elaborado e coordenado pela Fundação Nacional de Saúde.

Deputado, apenas para ilustrar aqueles dados que o senhor apresentou no preâmbulo, na fase de abertura, vou mostrar um pouco da realidade das comunidades e do acesso aos serviços de saneamento nas áreas rurais.

Para que possamos ter ideia, nesse caso específico de abastecimento de água, existe, em áreas urbanas, uma quantidade significativa de domicílios ligados às redes de abastecimento, mas esse quadro é completamente diferente quando se trata de área rural. O gráfico do meio mostra que quase 67% da população agrícola recebe água ou tem acesso ao abastecimento de água por outras formas e não por meio de rede de abastecimento de água propriamente dita.

Esse quadro piora um pouco quando falamos de esgotamento sanitário. A situação em áreas urbanas é até favorável — o primeiro gráfico mostra que 73% têm acesso à rede coletora —, mas, quando passo para os outros dois últimos gráficos à



direita, que ilustram as situações mais precárias, digamos assim, percebo que uma parcela até significativa da população rural usa esses meios precários. Por exemplo, há a utilização de fossas rudimentares, que não estão ligadas a redes coletoras, ou de fossas sépticas, o que seria uma solução um pouco mais adequada. Então, o quadro é bastante preocupante.

O quadro da coleta de resíduos sólidos também é muito preocupante. O último gráfico da direita mostra que 65% da população rural descarta o resíduo de uma forma bastante prejudicial e precária, que não é por meio da coleta direta nem da coleta indireta. Na grande maioria desses casos, há, principalmente, a incineração do lixo, que é feita sem controle, sem cuidado, de maneira inadequada, ou a utilização, por exemplo, de resíduos orgânicos para alimentar animais. Poucos são os casos de compostagem.

A ideia é que, dentro do Programa Nacional de Saneamento Rural, nós possamos enxergar as mais variadas faces do Brasil rural, as diferentes realidades, as diferentes formas de apresentação do que é o Brasil rural hoje. O Programa abarca desde grandes negócios, desde o agronegócio, quando se trata, por exemplo, de agropecuária, até situações extremamente precárias de falta de acesso aos serviços de saneamento e de saúde de maneira apropriada e digna. E, entre os dois extremos, encontra-se a agricultura familiar.

Este é o quadro do Brasil rural: há uma diversidade cultural muito grande; uma diversidade geográfica muito grande, com variados tipos de clima, solo e vegetação; uma disponibilidade de água restrita para a população rural em muitos dos casos; uma situação constante e muito evidente de conflitos nas áreas rurais, além de uma série de outras características do ponto de vista da economia e de algumas questões ambientais.

Existe uma estimativa de que cerca de 30 milhões de pessoas no Brasil residem em áreas rurais hoje. Ou seja, 16% da população brasileira vive esse quadro de carência, com necessidade de melhora dos sistemas que dotam as comunidades de acesso à água potável, a esgotamento sanitário e à coleta e tratamento de resíduos de forma adequada. Dessa parcela da população, 72% concentram-se em 10 Estados do Brasil, grande parte deles localizados no Semiárido.



Um gráfico interessante é o que mostra que, à medida que diminui o tamanho do Município, do ponto de vista da população, aumenta o percentual da população do Município que reside em áreas rurais. O último gráfico à direita, por exemplo, mostra a situação dos Municípios que possuem acima de 50 mil habitantes. Neles, apenas 6% da população residem em áreas rurais. À medida que os Municípios diminuem de tamanho, esse percentual aumenta. O primeiro gráfico da esquerda, com Municípios com até 5 mil habitantes, quase metade da população reside em área rural. Então, há uma divergência muito grande, uma diferença muito grande na distribuição dessa população, em razão do tamanho dos Municípios.

Estamos na fase de discussão e elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural. O que é o Programa Nacional de Saneamento Rural? Por que ele foi formulado? Porque existe uma necessidade histórica de se tratar dos investimentos em saneamento básico de uma forma mais equilibrada. Precisamos enxergar a população rural, precisamos enxergar as comunidades que necessitam desse cuidado. Nós temos um passivo acumulado nas áreas de saneamento rural. É necessária, hoje, efetivamente, uma abordagem distinta e própria. Nós precisamos abordar essa questão.

O objetivo do programa é a promoção do desenvolvimento das ações de saneamento básico nas áreas rurais, tendo como foco a universalização do acesso aos serviços, por meio de estratégias que garantam a equidade, a integralidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade dos serviços e a participação social, elemento significativo e fundamental nesse processo.

Como esse programa está sendo elaborado? Nós, a FUNASA, temos uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que está preparando estes produtos: o diagnóstico da situação do saneamento rural no País; a definição de diretrizes para o saneamento rural; o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos; o detalhamento dos investimentos; e as estratégias de gestão do próprio Programa de Saneamento Rural. Então, esse programa vem sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.

É um processo participativo, com a integração de vários setores. Aconteceram algumas oficinas regionais ao longo deste ano. Vai acontecer agora, na semana que vem, a última oficina, em Juazeiro. Nós contamos, até então, com



cerca de 200 participantes nessas oficinas, representando 97 instituições, nesse processo de construção do Programa de Saneamento Rural.

A previsão é de que, no final do ano, nós tenhamos um seminário nacional, que vai agregar, vai consolidar a visão e tudo o que foi discutido nas oficinas regionais, para que possamos, enfim, validar aquele documento preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural.

Os marcos referenciais do programa. Ele está apoiado basicamente nestes três pilares, na promoção da saúde, na erradicação da pobreza extrema e no desenvolvimento rural, solidário e sustentável, por meio de algumas estratégias. Discutiremos as tecnologias de saneamento apropriadas, levando em consideração características da região; a gestão, operação e manutenção dos serviços que serão implantados e disponibilizados; e, como falei, a educação e a mobilização social, um dos principais eixos estratégicos.

Esta apresentação, eu acredito, vai estar disponível na página da Câmara. Estou passando os eslaides um pouco rápido por conta do tempo, mas vou estar à disposição para tirar dúvidas.

Nós temos alguns desafios a enfrentar: a universalização propriamente dita do acesso aos serviços; a participação social — vimos encontrando algumas dificuldades do ponto de vista da efetiva mobilização e participação social; a compreensão das diferentes características regionais; a articulação com os Estados e Municípios. Enfim, precisamos tratar de alguns desafios.

Esse programa precisa muito do apoio de todas as entidades que vêm participando das discussões. Queremos construir um programa que leve em consideração todas as características que nós temos no Brasil. Que elas nos permitam enxergar o Brasil rural de uma nova maneira e que possamos distribuir, de forma mais igualitária e mais justa, os recursos, para dotar as comunidades rurais de condições adequadas de saneamento e promover a saúde pública de modo integral!

Temos neste eslaide a mensagem do cartão postal que nós preparamos sobre o programa. Eu vou deixar alguns cartões com os membros da Mesa, para serem distribuídos entre os senhores. O cartão traz uma mensagem a respeito do Programa Nacional de Saneamento Rural e alguns endereços, ou seja, algumas informações sobre o plano em si e sobre onde esses documentos são encontrados.



Peço perdão pela pressa, mas o tempo é curto, considerando a quantidade de assunto que nós temos a tratar. Mas eu e parte da equipe da FUNASA que trabalha diretamente com o Programa de Saneamento Rural, como o Alfredo e o Teixeira, estaremos aqui à disposição para tirar qualquer tipo de dúvida e prestar esclarecimento.

Obrigado, Deputado, pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Nós é que agradecemos ao Alberto Venturieri, representante da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA.

Passo a palavra, agora, ao Dr. André Fenner, Coordenador do Programa de Promoção de Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER** - Um vício dos professores é ficar em pé. Então, acho que vai ser mais confortável para mim ficar em pé, em vez de ficar sentado.

Primeiro, boa tarde a todos os que estão aqui conosco. Eu queria agradecer o convite do Deputado Nilto Tatto e do Deputado Leonardo Monteiro e a participação dos colegas Alberto Venturieri e Francisco Lopes, que estão compondo a Mesa.

Aqui eu estou representando nossa Presidente, a Dra. Nísia Trindade. Na verdade, represento não só a Presidente, mas também um grupo de pesquisadores que nos ajudaram a preparar esta breve apresentação sobre a Fundação Oswaldo Cruz e sobre a nossa visão da questão do saneamento rural. Trago algumas expectativas e algumas indagações para discutir com os senhores na tarde de hoje.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Fundação Oswaldo Cruz vem se preparando, está fazendo seu planejamento estratégico de longo prazo. Em 2022 completaremos 200 anos de República, e a Fundação completará 22 anos. Nesse sentido, vimos trabalhando um grande marco.

Quais são as atividades estruturantes da FIOCRUZ? Trabalhamos em cinco grandes eixos: pesquisa — talvez seja um dos grandes instrumentos que temos, somos uma referência, somos uma comunidade epistêmica que faz ciência e que está a cargo da pesquisa; e hoje em dia estamos liberando um documento sobre



saneamento rural; desenvolvimento tecnológico e inovação; serviços — temos atendimento através de serviços; cooperação com outras instituições — uma área grande; e ensino, que vimos trabalhando há muito tempo.

Esse é o mapa estratégico da Fundação Oswaldo Cruz. A nossa visão é ser essa instituição pública que agrega ciência, tecnologia e inovação, respondendo à sociedade através de alguns serviços: fortalecimento da sustentabilidade política, técnica e econômica do Sistema Único de Saúde e promoção e melhoria das condições de vida e saúde da população.

Esses são os processos estratégicos que vimos trabalhando, são os cinco grandes eixos formadores da Fundação Oswaldo Cruz. Vamos falar de saneamento. Temos que falar de saúde, ambiente e sustentabilidade, área em que a questão do saneamento está sendo agregada e trabalhada.

Quais são os eixos estruturantes que a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde vem trabalhando? São estes sete itens: mudanças climáticas e saúde; impactos de grandes empreendimentos na saúde humana e nos ecossistemas; biodiversidade e saúde; saneamento ambiental e habitação saudável — área temática que tem tudo a ver com essa questão que está sendo discutida hoje aqui do saneamento rural; saúde do trabalhador; agrotóxico — na semana passada tivemos uma audiência aqui sobre a questão dos agrotóxicos, com a participação de outro pesquisador, o meu colega Luiz Cláudio; e saúde integral das populações do campo, da floresta e das águas — área temática que eu coordeno, dentro da Fundação, em função da implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.

O que seria um saneamento adequado? Um saneamento adequado é capaz de propiciar mudanças na situação de vida de muitas pessoas, contribuindo para a promoção da saúde. Seus impactos vão além do combate às doenças, sendo essenciais na melhoria das condições sociais, políticas e econômicas da comunidade.

Como eu vejo a saúde coletiva? Como eu vejo a saúde do outro lado? Como eu vejo essa agenda positiva de saneamento e saúde? Quais temas estariam vinculados à questão do saneamento? Promoção da saúde, educação, combate à discriminação e às desigualdades, crescimento econômico, cidades saudáveis



inclusivas e territórios saudáveis e sustentáveis — a FIOCRUZ, junto com a FUNASA, vem trabalhando o projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido, em que o saneamento rural é uma das bases para esse desenvolvimento, inclusive através das nossas unidades em outras regiões do País, como Ceará, Fortaleza, Pernambuco, e agora nós temos um escritório no Estado do Piauí, e a tendência é que tenhamos uma unidade funcionando em Teresina; enfrentamento de desastres e danos relacionados ao clima — a questão da seca permanece, há muito tempo; e direitos humanos.

Quais são as soluções de saneamento existentes? Temos uma baixa capacidade de lidar com situações de mudanças, como as climáticas e demográficas, e com novos desafios sobre a saúde pública, a exemplo de microrganismos e contaminantes emergentes e reemergentes. Então, estamos vendo que a questão do saneamento vai muito além do que imaginamos.

Ainda nessa agenda propositiva, cito o padrão de iniquidades socioambientais e discriminação. Como o próprio colega Leonardo mencionou antes, as iniquidades permanecem, ainda, na questão do saneamento, principalmente no saneamento rural. Existe uma desigualdade no País, não temos como negar isso, e uma necessidade grande de investimento em saneamento rural, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste.

Cito também a falta de saneamento e higiene, o aparecimento de doenças, doenças reemergentes, e o aumento, cada vez mais, das desigualdades.

Como exemplo, eu coloquei na apresentação um caso da OMS, uma citação, com dados que ilustram um pouco o que nós estamos falando. Doenças relacionadas com acesso a água, esgotamento sanitário e higiene causaram 842 mil mortes no ano de 2012. As pessoas mais vulneráveis são as mais atacadas. Nesse caso, 20% das mortes foram de crianças, que não têm higiene e muito menos esgotamento sanitário nas suas casas.

Há uma relação extremamente estreita entre saneamento e arboviroses. No ano passado, nós fomos sucumbidos com a epidemia de zika, principalmente no Nordeste brasileiro. Uma grande parte da nossa comunidade de pesquisadores se mobilizou para estudar a questão da zika. Nós temos alguns projetos, inclusive estamos desenvolvendo um deles aqui na FIOCRUZ Brasília. Se não tivermos um



saneamento de melhor qualidade, vamos ouvir falar mais dessas arboviroses no País, como dengue, zika, *chikungunya* e febre amarela.

Vale ressaltar que o mundo inteiro vem trabalhando, por exemplo, França, Estados Unidos e Alemanha, com o empoderamento das comunidades locais. Fazem um trabalho essencial, principalmente quanto ao saneamento rural.

Seria muito prático trazer novamente alguma complementação ao trabalho que o Leonardo trouxe. A FUNASA vem exercendo esse papel de liderança na elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural — PNSR. Nós participamos de todas as oficinas, participamos da oficina nacional, e agora vamos para a última oficina, que acontecerá em Juazeiro e Petrolina — conseguiremos chegar a Petrolina, mas só vamos conseguir sair no dia seguinte. (*Riso.*)

Eu trago duas perspectivas que vimos trabalhando em nível global. A primeira são os ODS — Objetivos de Desenvolvimento Humano e a questão do saneamento com os ODS. O Brasil é signatário dos ODS. Nós vamos ter que cumprir isso, senão vai ficar muito feio no âmbito da comunidade internacional. E a segunda perspectiva é a questão do saneamento e da água como direito humano.

Na Fundação Oswaldo Cruz, temos um grande especialista na área de saúde e ambiente, que é o Prof. Leo Heller. O Prof. Leo Heller é o Relator Especial das Nações Unidas dessa questão de saneamento e água. Então, temos uma *expertise*, somos liderança no processo. Isso é importante. E agradeço mais uma vez o convite para discutirmos aqui a questão do saneamento.

Nesse eslaide estão os objetivos sustentáveis. Temos a meta de água limpa e saneamento como um deles — é o objetivo 6 —, e a Fundação Oswaldo Cruz vem trabalhando isso. No objetivo 6, eu coloquei de propósito as duas primeiras metas em letras garrafais, comparando-se com as outras, não para nos dedicarmos 100% àquelas. Mas temos que focar principalmente as duas metas, como ODS: até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos — será que conseguiremos? Temos 14 anos pela frente — e alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, acabando com a defecação a céu aberto, com especial atenção às necessidades de mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade. Sabemos que a questão gênero e saneamento é uma questão de vulnerabilidade, sim.



Por que eu trouxe os ODS? Cito o protagonismo dos temas na nossa Agenda 2030, uma agenda de desenvolvimento sustentável; o objetivo exclusivo, assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; a transversalidade, intersectorialidade — não podemos falar de saneamento como uma coisa estanque, outras áreas trabalham com a questão de saneamento; e a universalidade. Com certeza, a partir do momento em que tivermos saneamento, iremos combater a pobreza, a desigualdade entre Estados e nações.

Temos nesse eslaide a água e o saneamento como direito humano. Como eu mencionei, o Prof. Heller vem trabalhando essa questão como relator. O direito humano à água assegura a todos, sem discriminação, água para uso pessoal e doméstico em quantidade suficiente, segura, aceitável, acessível cultural e economicamente.

O Prof. Drobenko, da França, entre outros, advoga que toda pessoa deveria ter no mínimo 30 litros de água por dia, assegurados sem pagamento.

O direito humano ao esgotamento sanitário assegura a todos, sem discriminação, soluções física e economicamente acessíveis, em todas as esferas da vida, de forma segura, higiênica e social e culturalmente aceitável, promovendo privacidade e dignidade.

Sabemos que as mulheres são mais afetadas. Mulheres não vão ao banheiro, não têm privacidade, elas sofrem muito mais problemas de saúde em função disso, sobrecarregando, sem dúvida nenhuma, a nossa rede, o Sistema Único de Saúde.

Quando falo de direito humano a água e esgotamento, estou falando de: disponibilidade suficiente e contínua para uso pessoal e doméstico na vizinhança imediata; qualidade — a qualidade da água tem que ser segura para consumo humano; acessibilidade física — sem discriminação, na vizinhança imediata; acessibilidade financeira — sabemos que a população rural do Brasil tem uma renda muito baixa, provavelmente incapaz de pagar tarifas; e aceitabilidade — direito aceitável culturalmente e para todos os gêneros, garantindo a privacidade e a dignidade.

Nesse eslaide eu trago aos senhores, para discutirmos na tarde de hoje, alguns benefícios do saneamento rural: economia de tempo associada ao melhor acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário; ganho produtivo —



com certeza; custos economizados no setor saúde e pelos pacientes — vamos ter menos pressão no Sistema Único, que sofre tanto; valor das mortes prevenidas; controle das arboviroses; redução da desigualdade e da pobreza; e inclusão social dos grupos minoritários.

Trago também, é claro, porque o mundo não é perfeito, dificuldades a enfrentar: escassa informação sobre a cobertura existente — temos poucas informações sobre saneamento rural, poucas pesquisas sobre o tema, deveríamos ter mais; falta de uma política pública bem definida que priorize o saneamento rural — esperamos que o PNSR seja essa política, muito bem definida, que nos dê esse arcabouço e esses instrumentos para que possamos tratar do saneamento; falta de apoio ao planejamento e à gestão; restrições tecnológicas e financeiras; falta de recursos humanos no mercado de saneamento rural; posses de áreas, licenciamento ambiental e energia elétrica; baixa capacidade de pagamento dos usuários dos serviços — grande parte da população é carente e não vai ter condições de pagar; falta de monitoramento após a implementação de sistemas — somos grandes feitores de políticas públicas, mas não temos o hábito de avaliar essas políticas, e vamos ter que avaliar e monitorar; falta de capacitação dos prestadores de serviços locais; e dificuldades no controle de água.

Era isso. Agradeço esse momento que tive com os senhores. Obrigado.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Agradeço ao André pela exposição que fez em nome na Fundação Oswaldo Cruz.

Agora passamos a palavra a Francisco Lopes, Secretário-Executivo da ASSEMAE — Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

**O SR. FRANCISCO LOPES** - Boa tarde a todos. Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Deputado Nilto Tatto o convite. Agradeço também ao Deputado Leonardo Monteiro, que coordena esta Mesa. Cumprimento ao Alberto, da FUNASA, ao André, da FIOCRUZ, nossos parceiros da ASSEMAE.

Antes de adentrar o tema, eu gostaria de dizer que ainda estamos numa ressaca no bom sentido. Acabamos de vir do Congresso da ASSEMAE, que aconteceu em Campinas, de 19 a 22 de junho, com 2.233 participantes, para ser exato. Foi um grande momento. Foi muito importante. Esse tema esteve presente lá



no debate, inclusive o Alfredo, da FUNASA, debateu conosco. Então esse é um tema de grande importância também para os debates da ASSEMAE.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou falar sobre a ASSEMAE. Quem somos? A Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento foi criada em 1984, com o objetivo de congrega os Municípios brasileiros, responsáveis pela prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Desde 1993, muito antes da Lei do Saneamento, que é de 2007, a ASSEMAE já entendia saneamento conforme essa concepção. Essa alteração estatutária da finalidade da instituição é de 1993. Temos 33 anos de caminhada. O nosso objetivo central e único é a busca pela universalização, é a luta pela gestão pública, pelos recursos públicos para o setor de saneamento.

Essa é a foto da nova Diretoria, eleita no dia 22 de junho, que vai ter mandato até 2021. Na entidade temos serviços de Campinas a Porto Alegre. Há também Municípios de 2 mil habitantes, 3 mil habitantes; há Municípios de todas as regiões do País. A ASSEMAE é apartidária e multipartidária. Essa é a nova Direção da entidade, que vai conduzir os trabalhos a partir de agora.

Muito já foi falado aqui, mas vou dar alguns números, rapidamente, não só de saneamento rural, mas também da realidade brasileira. Temos uma realidade ainda por construir. Vou falar sobre os últimos dados. Quanto ao abastecimento de água, cumprimos a meta anterior da ONU, quase 94% da população brasileira é atendida. O tratamento de esgoto na área urbana corresponde a 40%. Temos índices de perdas a serem trabalhados.

Na carta que vai sair na quarta-feira, que é a Carta de Campinas, vamos renovar, na verdade, o nosso pedido de recursos para esses investimentos que são fundamentais. Aqui estamos falando da média nacional, mas há prestadores de serviços com uma perda que gira em torno de 60%. Sem querer comparar, mas brincando, é quase um sistema de irrigação. Vejam que há tanto perdas físicas quanto não físicas. O número realmente é alto. Avaliamos que esse é um dado em que precisamos investir bastante. Isso é com relação à totalidade. Há outros dados ali.



Com relação ao saneamento rural — o Alberto já apresentou —, o número é expressivo. Cerca de 30 milhões de pessoas vivem na área rural. A maior população rural do País está na Bahia. Esse é um dado importante. Dez Estados concentram 72% dessa população: Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Piauí. São dados que chamam a nossa atenção.

Nunca é tarde para começar, mas demoramos um pouco. Lá atrás, salvo engano em 1969 e em 1990, tivemos um plano nacional de saneamento rural, mas ele foi extinto. Só retomamos agora, a partir do PLANSAB, aprovado em 2013, e com a FUNASA, que vai concluir, no final do ano, o novo Plano Nacional de Saneamento Rural. Vejam que não é pequena a parcela da população desassistida quando se fala de saneamento.

Trago também algumas questões referentes à lei. Isto já foi colocado aqui, mas vou repisar. Da parte da União, qual é o embasamento legal? Por que a União tem que participar ativamente desta questão? É isso que nos traz a Lei nº 11.445, de 2007, no seu art. 48, que fala da política federal de saneamento. Ela diz que um dos deveres da União é garantir meios adequados para o atendimento da população rural dispersa — e dá alguns detalhes do que seja isso.

No seu art. 49, inciso IV, sobre os objetivos dessa política federal, a lei diz que é necessário proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e a pequenos núcleos urbanos isolados.

Isso é, digamos assim, o que compete, nessa lei, à parte federal, mas não para por aí. Se voltarmos um pouquinho, na mesma lei, ao art. 8º, sobre o titular dos serviços públicos de saneamento básico, veremos que já fica muito claro o quadro. A lei diz o que compete a esse titular: estabelecer diretrizes, formular a política.

No art. 9º, inciso I, a lei deixa muito clara a tarefa indelegável de planejamento aos órgãos municipais, que é elaborar os planos de saneamento básico, nos termos da lei, e também, é claro, da Resolução nº 75 do Conselho das Cidades. Dá também outras atribuições, fala de outras funções desse ente, diz o que pode ser delegado ou não, mas que o planejamento é indelegável. E continua dizendo dos parâmetros, da necessidade de adequação.



No art. 19, § 8º — está aqui nesse eslaide —, a lei diz que o plano municipal de saneamento básico deve compreender a área de todo o território municipal.

Evidentemente, nesses artigos anteriores, a lei diz que esse plano tem que estar integrado ao Plano de Bacias Hidrográficas, a outros planos setoriais em vigor, ao plano da região metropolitana, enfim. A ideia é que o planejamento fosse algo conexo, que não fosse algo fora da realidade.

Imaginem os senhores e as senhoras os desafios postos aí para os entes municipais, dada, hoje mais do que nunca, a escassez de recursos e a dificuldade que têm os Municípios de ter uma estrutura mínima para atender, de modo especial, educação e saúde. Então, vejam, esse é um desafio colocado, que merece uma reflexão desta Casa sobre a capacidade desse ente municipal de cumprir a atribuição dada por esta Casa, através da Lei nº 11.445. Essa é a competência municipal.

Na sequência, nós vemos de onde advém, então, esse Plano Nacional de Saneamento Rural — como anunciado pela FUNASA, nós vamos ter o seminário no final do ano. Ele é uma das partes do tripé do PLANSAB, que está sob a responsabilidade do Ministério da Saúde e da FUNASA.

Pergunto: existe solução para resolver os desafios do saneamento? Por incrível que pareça, em que pese essa questão ser uma questão eminentemente técnica, na nossa avaliação, mas haja também alguns outros componentes colocados nela, nós entendemos que sim. E foi isso que fez a maioria dos países, ou seja, 90% do saneamento no mundo é público, e a maioria é municipal, desde a Alemanha aos Estados Unidos.

Em que pé estamos? Estamos tão ruins assim? Não estamos bem, mas, se nos compararmos com os Estados Unidos, já que comparamos tantas outras coisas — eles têm 70% de esgotamento tratado e o Brasil tem 40% —, veremos, acho eu, que estamos em um “processo”, entre aspas, natural de evolução.

Isso é bom? É claro que não. Nós queremos melhorar e avançar. O que esses países têm feito? O que podemos fazer? Esperamos, Alberto — também da FIOCRUZ e do Governo Federal —, que esse plano nacional de saneamento rural não seja só algo bonito, algo que vai ficar no papel, e sim que seja algo concreto realmente. Que essas ações tenham efetividade e possam chegar lá na ponta,



possam chegar às populações ribeirinhas e quilombolas, às pequenas comunidades que vivem de cultura de subsistência e também aonde há o agronegócio. Então, espera-se que haja recurso realmente para tanto.

Como fazer isso? Já foi dito aqui, tanto pelo Alberto quanto pelo André, que a tarifa, nesse caso, não será suficiente. Então, há que se ter realmente um comprometimento do poder público. Ele não vai poder falhar nessa estratégia de realmente dar subsídios àquelas comunidades que vão executar essa política. Esperamos ansiosamente que, tão logo esse plano seja publicado, as suas ações possam ter efetividade.

Aqui não há uma choradeira das entidades que defendem os Municípios, mas precisamos, sim, repensar o pacto federativo. Os senhores vão ouvir isso da FNP — Frente Nacional de Prefeitos, da CNM — Confederação Nacional dos Municípios e da ABM — Associação Brasileira de Municípios.

Lá no congresso da ASSEMAE, fiz uma comparação — o item não é o mais importante, mas dá a dimensão da situação que vivemos hoje — entre os salários dos servidores municipais e os dos servidores federais para verem a discrepância. E vejam que vai haver reclamação ainda.

O que isso representa? Representa baixa executividade, dificuldades imensas na execução das políticas públicas. Não é um jargão; é a verdade: nós não vivemos na União, nós não vivemos nos Estados, nós vivemos nos Municípios, mas não parece ser essa ainda a compreensão nossa no Brasil. Não vou me alongar aqui, mas isso é do conhecimento de todos nós, basta ver essa situação.

Quero comparar também outra dificuldade que enfrentamos. Como se não bastasse essa discrepância, há também, nesse ponto dos salários, uma dificuldade na prática. Isso é o que vivemos — recebo ligações de Prefeitos e de gestores todos os dias —, a dificuldade real do dia a dia de fazer a execução.

Basta comparar também os salários desses Executivos municipais com os dos órgãos controladores, que são responsáveis por fiscalizar. Parece que há aí uma inversão de valores. Não é que nós sejamos incompetentes — não é isso —, mas a capacidade produtiva está colocada do lado da cobrança, e não da execução.

E cada vez mais as pessoas, dado o momento que nós estamos vivendo também, estão fugindo de qualquer tarefa do Executivo. Eu já vi, ao final, um prefeito



amigo meu sair com 400 processos, para serem resolvidos pós-mandato. Isso é o mínimo.

Então eu quero falar aqui da importância de nós repensarmos. Não se trata só de um plano de saneamento rural. Nós nos perguntamos: por que as políticas públicas não param em pé? Não podemos pensar isoladamente.

Mas nós estamos trazendo aqui também que é possível, temos um caminho. Não temos só maus exemplos, não. É isso que nós trazemos aqui nesta publicação que nós lançamos no congresso, chamada *Experiências Municipais Exitosas em Saneamento*, que eu queria pedir permissão para entregar à Mesa. Depois, quem quiser fale com o Gabriel no final, e nós mandaremos depois. O Titan já pediu. Mas há para os senhores também. Nós distribuiremos.

A ideia aqui é mostrar o que nós estamos fazendo na área de saneamento rural. Nessa publicação, nós estamos trazendo o exemplo do Município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, que eu vou passar aqui para os senhores.

Lá há um serviço municipal de saneamento chamado Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE.

Este eslaide fala da publicação.

Vamos direto ao ponto. O que é importante desses dados, para os senhores entenderem? A população do Município. O Município, em tese, é pequeno, com 51 mil habitantes. A área urbana tem 42 mil habitantes; e a rural, entre 8 mil e 9 mil. Há o número de ligações ativas, que é um dado também para os senhores olharem depois.

O mais importante é que, no ano de 2010, a Lei Municipal nº 4.244, de 23 de junho de 2010, autoriza o SAAE a prestar o serviço na área rural, em especial para atender a população de baixa renda e de pequeno porte. Na verdade, já havia isso, mas se deixou claro.

Qual foi o modelo utilizado lá? Criaram-se associações de moradores para esse fim específico.

Qual é a função das associações? Operação, manutenção, cobranças, tratamento, controle de qualidade da água e demais atividades necessárias para atender os sistemas. O SAAE presta os serviços de assistência técnica.



O que foi feito? Eu vou mostrar a foto aos senhores. O Município fez a obra de cada sistema e entregou à comunidade, dando todo o aporte técnico-jurídico. Entregue a obra, a operação fica com a comunidade, mas a assistência técnica em caso de bomba e tratamento da água é feita também pelo Município, que auxilia com a supervisão. É isso que está colocado ali. Cada sistema é composto basicamente de rede de distribuição, hidrômetros, reservatórios.

O dado relevante que eu queria trazer para os senhores aqui é que atualmente, em 2017, o Município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, tem 100% da população rural com abastecimento público de água. Isso não acontece só lá; também há outros Municípios. Há pelo menos uma dezena de Municípios do Norte, do Nordeste e do Sudeste, mas trouxe em particular esse exemplo que está publicado neste livro.

Para encerrar, aqui está o chamado sistema simplificado. Em geral, tem-se essa caixa d'água e aquela outra estrutura ali, cercada, que é um poço com os equipamentos necessários para o tratamento de água. Aí está a perfuração do poço e a comunidade. Vejam que a comunidade é envolvida desde a estruturação da associação até o controle de vazamentos e da qualidade da água. Esse é um exemplo bastante interessante.

O meu tempo já acabou. Em nome da ASSEMAE, eu agradeço muito pelo convite.

Deputado Leonardo Monteiro, estou à disposição para este e outros debates.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Agradeço ao Francisco Lopes, da ASSEMAE.

Estamos chegando ao final da nossa audiência pública. Alguém tem interesse em fazer alguma intervenção? *(Pausa.)*

Vamos fazer o seguinte: como não houve inscrição de Parlamentares, vou pedir que cada inscrito da plateia, ao usar o microfone, diga o nome, identifique-se, e inclusive diga se estiver direcionando a pergunta a algum dos palestrantes da Mesa, caso prefira que determinado palestrante responda ao seu questionamento.

Com a palavra o Sr. Titan de Lima.

**O SR. TITAN DE LIMA** - Boa tarde.



Meu nome é Titan de Lima. Eu sou assessor da Presidência da Comissão de Meio Ambiente e gestor ambiental. No congresso da ASSEMAE a que o Chico estava se referindo, um belíssimo congresso, tive a felicidade de ter um trabalho técnico selecionado entre mais ou menos 80 trabalhos em um universo de 1.200 trabalhos apresentados.

Eu apresentei um trabalho técnico que tem um pouco a ver com a pergunta que eu vou fazer aos três da Mesa. Nós temos a Lei da PPI, que trata de parceria pública de investimento. Isso abre uma perspectiva para o saneamento privado em detrimento do saneamento público.

Nesse trabalho que apresentei, eu analisei um caso específico, o da SABESP, demonstrando que a crise hídrica de São Paulo é uma crise de investimento, e não hídrica, devido ao alto pagamento de dividendos aos acionistas em detrimento da utilização do recurso para investimento no setor.

A PPI, somada à emenda constitucional que trata do teto do gasto público, leva o saneamento para uma sinuca de privatização. Como as despesas primárias são as principais dentro da área de saneamento, eu queria saber como é que fica a situação, no pensamento da FUNASA e da FIOCRUZ, quanto ao Plano de Saneamento Rural. Nós vamos ter uma restrição muito grande de investimentos públicos no setor devido à PEC do gasto público nos próximos 20 anos de investimento público no setor devido à PEC do Teto dos Gastos Públicos. Juntamente com isso, como vai ficar, na visão da FIOCRUZ, esse atendimento do item 6 dos ODS? Faço essa pergunta porque também tem a ver com isso.

Obviamente, eu gostaria que a ASSEMAE comentasse sobre essa visão geral, uma vez que o Município, lá na ponta, vai sentir a PEC, vai sentir a redução de gastos também.

E como está sendo pensado um planejamento para o enfrentamento disso? Já há algum pensamento sobre isso?

Ficamos por aqui.

**A SRA. KILMARA RAMOS** - Boa tarde.

Meu nome é Kilmara, trabalho no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA.



A minha pergunta tem relação com o que o André pontuou na apresentação dele quando falou sobre as dificuldades do saneamento rural e trouxe um pouco das deficiências de tecnologias, etc.

O Francisco apresentou um belíssimo caso de sucesso em Marechal Cândido Rondon. Na explanação, eu vi apenas a questão de abastecimento de água, eu não vi a questão de tratamento desses efluentes. Se pararmos para pensar na realidade da população rural hoje em dia, nós veremos que temos um novo contexto de população rural. Muitas comunidades já têm energia elétrica, já têm consumo de medicamentos, etc. E nós também temos algumas dificuldades que encontramos nas cidades em relação à questão desse efluente que é gerado pela população rural.

Eu gostaria de obter mais algumas informações sobre como os senhores lidam com isso. Primeiramente, os ODM falaram muito sobre a universalização da água, de levar a água até a população que não a tem. O.k., isso é extremamente importante, mas, a partir do momento em que se está levando a água, também se está criando um novo problema, um novo passivo, que seria o tratamento dos efluentes.

Então, como os senhores estão encarando a ligação dessa universalização com esse tratamento, tendo em vista a nova característica da população rural, que é bem semelhante à da população das cidades, até mesmo visando alguns investimentos para novas tecnologias?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Mais alguém quer falar? *(Pausa.)*

Eu queria, nesta oportunidade, registrar a presença do Deputado Augusto Carvalho, do Solidariedade do Distrito Federal.

Quando V.Exa. achar necessário e quiser fazer intervenção, esteja à vontade.

Mais alguém no plenário quer falar? *(Pausa.)*

Então, vou passar a palavra para a Mesa, para responder às perguntas. Em seguida, então, nós nos encaminharemos para o encerramento da nossa audiência pública. Pode ser assim? *(Pausa.)*

Vamos começar pela FUNASA, com o Sr. Alberto Venturieri.



**O SR. ALBERTO VIEIRA VENTURIERI** - Titan, é claro que existe a preocupação eminente com a disponibilidade orçamentária que nós possamos vir a ter no futuro. A FUNASA vem lutando contra isso, vem trabalhando sempre na busca por ampliar o recurso a cada ano. Nos últimos anos nós tivemos uma redução até significativa do orçamento disponibilizado para saneamento rural. Para a portaria deste ano, por exemplo, nós temos cerca de 38 milhões para implementação das ações de saneamento rural.

Nós vimos batalhando justamente no sentido de tentar conseguir garantir o investimento, a aplicação do recurso público nas áreas rurais, para as comunidades carentes. Sabemos que existe uma parcela da população, em especial da população rural, que não tem hoje condição de arcar com o serviço de saneamento e pagar até por uma tarifa.

Então, essa é uma das discussões que fazem parte desse quadro geral, para que discutamos as possibilidades de os serviços se sustentarem, tanto por meio de tarifa, como o Francisco falou há pouco — sabemos que não vai ser suficiente a tarifa —, quanto pela necessidade de aportes de outros parceiros, dentre eles o Governo Federal e a FUNASA, que está entrando como um parceiro forte nessa seara. Além disso — até já cabe um comentário sobre o que a Kilmara disse —, devemos dotar também essas comunidades não só do serviço de abastecimento de água, mas de alternativas.

Você havia comentado, por exemplo, sobre preocupação com o esgotamento sanitário. No caso do esgotamento sanitário, ainda se encontram algumas possibilidades. Existe uma série de possibilidades de tratamento individual, quando se está tratando de áreas dispersas — às vezes, algumas comunidades são muito dispersas —, e a FUNASA também financia esse tipo de ação.

Temos, especificamente para a portaria deste ano, apenas o sistema de abastecimento de água, mas há um outro programa na FUNASA, para o qual vai haver ser publicada uma portaria agora também na semana que vem, que trata de melhorias sanitárias domiciliares. Dentre as melhorias sanitárias domiciliares, existe a possibilidade, por exemplo, de trabalhar com sistemas de fossa-filtro, por exemplo, de filtro biológico ou sistemas de tratamento individualizado. O Município também pode pleiteá-los e aplicá-los em área rural.



Então, existe a preocupação, sim, Kilmara, de que haja diversos tipos de serviço ou de investimento em várias áreas disponibilizados para os Municípios, inclusive na gestão. Estamos trabalhando num programa — está numa fase piloto ainda — de apoio à gestão dos serviços de saneamento em áreas rurais, para que nós possamos discutir modelos de gestão, de como as comunidades rurais, como os seus serviços podem se manter, podem ser geridos e de que maneira isso pode ser feito. Vamos tentar discutir modelos, exemplos, casos e apoiar as comunidades na implementação desses modelos.

Estamos lutando para conseguir sempre mais orçamento — isso é fato — e vamos continuar batalhando, sempre no sentido de tentar ampliar a oferta de serviços de saneamento às comunidades.

Já aproveitando, Deputado, agradeço mais uma vez o convite. A FUNASA está sempre disponível para atender a qualquer pessoa, a quem tiver dúvida, tiver solicitações. O Presidente, como eu disse no início, não pôde estar aqui, mas manda as recomendações, e eu agradeço em nome dele. Nós vamos estar sempre à disposição, Deputado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Nós agradecemos ao Alberto Venturieri, da FUNASA.

Passo a palavra agora ao Sr. Francisco Lopes, da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE.

**O SR. FRANCISCO LOPES** - Obrigado, Titan e Kilmara, pelas perguntas. Eu acho que elas dão uma boa oportunidade de apresentar um pouquinho mais da visão institucional e política do setor de saneamento da ASSEMAE.

Evidentemente, não cabe neste momento comentar o PPI e, em especial, o teto do gasto, mas quero dizer que a ASSEMAE desde o início viu isso com muita preocupação, até porque, se a cada dólar investido em saneamento 4 dólares são economizados em saúde, no mínimo, o saneamento básico deveria ficar fora desse teto, se queremos um país saneado. Parece-me que isso é razoavelmente o mais lógico, mas, infelizmente, não foi o que aconteceu.

Vê-se noticiada, em especial àquilo que o BNDES se propõe com os Estados — também a Caixa Econômica anunciou no último evento da FNP —, a proposta de



uma maciça privatização do serviço de saneamento do País. Historicamente a posição da ASSEMAE é contrária a isso, por uma questão técnica, não por uma questão ideológica, até porque, com esses outros exemplos que estamos publicando agora, e em relação ao que também eu vi na Alemanha, em 2014, em pequenas localidades, é possível, sim, fazer saneamento público e municipal com qualidade. Basta querermos. Eu acho que essa é uma questão fundamental.

E há mais: não é essa a melhor alternativa. No ano passado, a CNM publicou matéria que disse que mais de 260 cidades remunicipalizaram o serviço. Na semana passada, saiu matéria da BBC Brasil: *“Enquanto Rio privatiza, por que Paris, Berlim e outras 265 cidades reestatizaram saneamento?”* Então, vejam que estamos na contramão do que segue o mundo.

Nós que estamos no setor de saneamento — eu trabalho com isso há quase 18 anos — sabemos que o problema do saneamento não é só investimento. É claro que ele é um item importante, mas há inúmeros componentes importantes. Achar que com um programa e com pouco tempo se vai resolver o problema do saneamento do País... Esperamos que sim, até porque queremos a universalização, mas não é isso o que demonstram técnicos renomados, não é isso o que demonstra aquele que conhece, no mínimo, há mais de 10 anos o setor.

A nossa Carta de Campinas está deixando de modo inequívoco que a atitude desse processo que está sendo feito no Rio de Janeiro é reprovável. Nós temos um déficit, nós estamos retirando recursos do setor, que é o caso da venda da CEDAE. Nós vamos retirar quase 5 a 6 bilhões do setor para pagar dívida. Esse dinheiro vai sumir em 1 mês, e nós não vamos ter os resultados esperados.

Aqui eu não trago questão política, trago números e fatos. Os senhores podem visitar. Não é que o setor privado não possa ter participação. Nós temos parceria com o setor privado para obra. Se a concessão privada, se a privatização resolvesse o problema de saneamento, em Tocantins, há 16 anos com sistema privado, teria havido a universalização. Os números são piores do que os nossos serviços municipais.

Se fosse assim, também em Manaus, onde a privatização ocorreu há 14 anos, o serviço estaria universalizado. Não é isso que nós vemos.



Então, o que nos preocupa são o que os acordos de delação — felizmente para mim e infelizmente para outros — estão revelando: que o saneamento está sendo colocado como moeda de troca para interesses escusos ao setor.

Então, esperamos realmente que possamos enfrentar essa questão técnica. Se nós queremos garantir o saneamento para a população da periferia e a população rural, temos que saber que tais situações não dão lucro e não serão de interesse do setor privado. Vai acontecer o que eu já vi em alguns casos nos grandes centros — que são o “filé” —, onde investiram dinheiro público, mas privatizaram a infraestrutura. Nesses casos, a população de baixa renda vai continuar sem saneamento. Será que nos importamos com essas pessoas?

Concluindo as perguntas, qual a solução? Ora, se não há recurso, a solução seria a tarifa. Mas encontramos outro desafio: a capacidade de pagamento da população, o que também é complicado. Então, não há alternativa.

Aqui neste caso específico, há de se ter realmente uma política pública essencial, já que estamos tratando de monopólio natural, em que o saneamento proporciona que as pessoas se desenvolvam melhor na escola, evitem doenças e trabalhem melhor.

Portanto, a ASSEMAE está apoiando — e vai se manifestar quanto a isso — vários projetos que tramitam no Congresso, para transformar o saneamento em um direito social, de forma a garantir que as pessoas tenham acesso a ele.

Respondendo à Kilmara, termino dizendo que se trata só de abastecimento público. Assim como em boa parte do País, a questão do esgotamento sanitário no Município de Marechal Cândido Rondon ainda está sendo equacionada. Mas nós fizemos questão de mostrá-lo porque ele é realmente um dos bons exemplos. Na maioria dos casos, bebe-se água sem nenhum tratamento.

Eu fico muito à vontade para falar sobre este tema devido à minha própria experiência. Eu venho da zona rural, onde faltava água e a principal disputa era por terra. Lá o grande fazendeiro, que tinha a mina d’água, para forçar os pequenos sítiantes a venderem o sítio, toda a noite cortava os canos de água em três lugares.

Permitam-me trazer essa simples história para demonstrar que, além dessas questões, há outras também, como as de ordem econômica, de exclusão social, de população mais pobre, de população negra, a qual aqui represento, e de população



indígena. Estamos longe de ver sanado o problema de acesso à água para essas pessoas.

Esperamos realmente que o Estado brasileiro assuma o protagonismo dessa questão e que, em breve, o Programa de Parcerias de Investimentos — PPI possa prever esse quesito.

O que nós defendemos é o seguinte: cadê a linha de saneamento para o setor público? Por enquanto, só ouvimos falar disso para o setor privado. Hoje o setor público responde por 95% do saneamento no País — 70% por companhias estaduais e 25% por serviços municipais — e o privado, por 5%. Por quê? Qual é a lógica implementada? A lógica é melhorar de fato a vida das pessoas ou é atender o sistema financeiro, que quer ganhos?

Embora isso não seja um problema, a nosso ver, na prática, essa política não parece ser o caminho mais adequado. Nós temos enfrentado isso em várias reuniões — na Casa Civil, na Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, no Ministério das Cidades —, onde mostramos que a política pública de saneamento básico precisa ter um olhar diferenciado e precisa ouvir as pessoas que estão no setor há muito tempo.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que a participação do poder público se mostra extremamente essencial — para ser redundante, muito, muito essencial. Na nossa visão, não há outro caminho.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Eu quero agradecer ao Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE, pela contribuição.

Eu já registrei a presença do Deputado Augusto Carvalho e quero registrar também a presença do Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, nosso companheiro nesta Comissão do Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Sr. André Fenner, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER** - Eu tentei não ser tão provocador na minha apresentação, mas procurei demonstrar que não vamos cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a emenda constitucional do teto. Isso é claro!



Tentei ser o mais sutil dentro da provocação e dentro da conversa acerca da ideia, mas, na verdade, nós não vamos conseguir.

A Fundação Oswaldo Cruz não é a fomentadora do saneamento. Nós temos muito a agregar e nos colocamos à disposição da FUNASA, no sentido de ser o braço de ciência e tecnologia do Ministério, com a capacidade intelectual e funcional de nossos pesquisadores e bolsistas e dos variados membros vinculados ao quadro. O que mais existem são vínculos diferentes dentro da Fundação Oswaldo Cruz, que podem agregar e trazer valores de ciência e tecnologia, para que a FUNASA, da melhor forma, consiga conduzir o Programa Nacional de Saneamento Rural.

Nós entendemos que a FUNASA, até então, tem trabalhado de forma inclusiva e participativa, chamando a sociedade para participar em todas as esferas. Eu pude participar de diversas oficinas. Infelizmente, não conseguirei ir a Petrolina em função da dificuldade nos voos de saída de lá, que só ocorrem às 12h30min. (Risos.) Não vamos conseguir ir, mas vários de nós estamos acompanhando, em vários momentos, esse trabalho essencial que vem sendo feito.

Acho que temos que agregar a *expertise* da FIOCRUZ em vários projetos. Um dos projetos foi o Mosaico da Bocaina, na região de Paraty, em que várias alternativas de saneamento rural foram colocadas para as populações indígenas e quilombolas da região. Essa é uma experiência que nós temos a agregar, assim como à do projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido, no qual vamos trabalhar com cinco Estados: Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nesse projeto, a ideia é fornecer à FUNASA a *expertise* em técnicas e tecnologias que podem ser usadas na região.

Quanto à questão das dificuldades colocada pela Kilmara, na verdade eu acho que não podemos fugir delas. Teremos que discutir claramente como vamos ultrapassar e evitar esses obstáculos, além de estratégias que teremos que seguir.

Kilmara, você também levanta a questão dos ODS. Nós não cumprimos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ou melhor, cumprimos porque a meta foi colocada como um todo. Se essa meta for partilhada, não terá sido cumprida. Quanto aos ODS, estamos caminhando para isso, ou não. Temos 14 anos para tentar mudar essa tendência.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Quero agradecer ao Sr. André Fenner, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, pela sua contribuição na nossa audiência pública.

Antes de encerrar os trabalhos, eu gostaria de colocar em votação a ata da presente reunião.

Consulto as Sras. e os Srs. Deputados se podemos considerar aprovada a ata da presente reunião, tendo em vista que a reunião foi integralmente gravada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Peço a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Leonardo Monteiro) - Em votação a ata.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, portanto, a ata da nossa audiência pública.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados no *link* Audiências Públicas, na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet.

Agradeço a presença dos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos e a todas.